

DECISÃO

Relativo a Doc. N.º Informação sobre a situação económica e financeira relativa ao 1.º semestre de 2022

De: Américo Domingues

Para: Sr. Presidente da Câmara Municipal

Informação N.º DC/053/2022/DAG/1037

Data: 25/11/2022

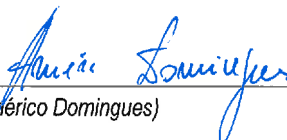
PARECER

DESPACHO

Sendo obrigação do Revisor Oficial de Contas ao abrigo da alínea d) do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, remeter semestralmente ao Órgão Executivo e Deliberativo informação sobre a situação económica e financeira, envio a pedido deste e para conhecimento do Órgão Executivo as Demonstrações Financeiras do 1.º semestre de 2022.




À consideração superior.

O Chefe da DAG


(Américo Domingues)

Tomar conhecimento

30.11.2022



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176

RELATÓRIO

Informação sobre a situação económica e financeira
do semestre findo em 30 de junho de 2022



**FORNOS DE
ALGODRES**
MUNICÍPIO

Nome: Município de Fornos de Algodres

Período: 01/01/2022 a 30/06/2022

Destinatários do Relatório: Assembleia Municipal do Município de Fornos de Algodres
Câmara Municipal de Fornos de Algodres

Sede
Rua Batalha Reis, n.º 81
6300 – 668 GUARDA
Tel: 271 227303 * Fax: 271 227304
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, n.º 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
Email: geral@marquesdealmeida.pt

Delegação Viseu
Rua Eça de Queirós, n.º16
3500 – 417 VISEU
Tel: 232 435277 * Fax: 232 435279
Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176

Exmos. Senhores Presidentes dos
Órgãos Deliberativo e Executivo do
MUNICÍPIO DE FORNOS DE ALGODRES
Estrada Nacional 16 - Apartado 15
6370-999 FORNOS DE ALGODRES

Assunto: Informação sobre a situação económico-financeira para efeitos do Artigo 77º da Lei 73/2013 de 3 de Setembro

Exmos. Senhores,

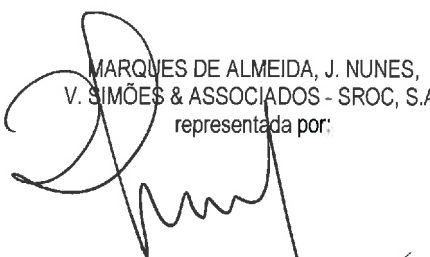
A presente informação sobre a situação económica e financeira, com referência ao período findo em 30 de Junho de 2022, é emitida nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro e com base nas Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias.

Com o presente Relatório pretende-se, dar cumprimento à referida disposição legal relativamente ao Município de Fornos de Algodres e ao semestre findo em 30 de Junho de 2022.

Como nota final, gostaríamos de salientar e agradecer toda a colaboração recebida dos colaboradores e responsáveis do Município.

Guarda, 22 de Novembro de 2022

MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES,
V. SIMÕES & ASSOCIADOS - SROC, S.A.
representada por:



Victor Manuel Lopes Simões – ROC 780
registo na CMVM com o n.º 20160413



ÍNDICE

1. TRABALHO DESENVOLVIDO.....	4
2. INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA PARA EFEITOS DO ARTIGO 77º DA LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO.....	4
I. NOTA INTRODUTÓRIA.....	4
II. BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	8
III. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	10
IV. ANÁLISE FINANCEIRA.....	12
V. ANÁLISE À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	14
VI. PAGAMENTOS EM ATRASO E PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS.....	25
VII. FUNDOS DISPONÍVEIS.....	25
VIII. DÍVIDA TOTAL (CONCEITO DA LEI N.º 73/2013 DE 03 DE SETEMBRO).....	26



1. TRABALHO DESENVOLVIDO

Os procedimentos de auditoria adotados na análise semestral conducente à emissão da informação sobre a situação económica e financeira consistem essencialmente na execução de procedimentos analíticos, designadamente os seguintes:

- Análise de cumprimento das disposições legais;
- Análise de rácios;
- Revisão sumária às principais rubricas que compõem a informação económica, financeira e orçamental;
- Preparação de informação de natureza económica e financeira – Balanço e Demonstração dos Resultados;
- Análise da Execução Orçamental.

2. INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA PARA EFEITOS DO ARTIGO 77º DA LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO

I. NOTA INTRODUTÓRIA

Procedemos à revisão analítica das demonstrações financeiras e orçamentais referenciadas ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2022, bem como à análise das principais operações desenvolvidas, sendo que o presente documento relata as situações que consideramos de maior relevância ao nível da informação contabilística.

O Município, no exercício da sua atividade, está sujeito ao cumprimento de disposições legais, nomeadamente:



Regime Contabilístico

O Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de Setembro, aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), que com as sucessivas prorrogações do prazo entrou em vigor em 01 de Janeiro de 2020 para o subsector da administração local.

Regime Jurídico

Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro: estabelece o regime jurídico das autarquias locais, e das entidades intermunicipais; estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

Finanças Locais

Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro: estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais:

Lei n.º 151/2015, de 11 de Setembro: lei de enquadramento orçamental (LEO), que consagra os princípios a que está sujeita a atividade financeira das autarquias locais;

Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro: aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas (LCPA);

Lei n.º 53/2014, de 25 de Agosto: aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal regulamentando o Fundo de Apoio Municipal (FAM);

Lei n.º 43/2012, de 28 de Agosto: cria o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), com o objetivo de proceder à regularização do pagamento de dívidas dos municípios a fornecedores, vencidas há mais de 90 dias.



Contratação Pública

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua versão atual: aprova o Código dos Contratos Públicos (CCP), que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo.

I - PRESSUPOSTOS DA INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

De acordo com a Lei n.º 73/2013 de 03 de Setembro, o Município não está obrigado à apresentação de demonstrações financeiras intercalares reportadas a 30/06/2022, pelo que no ponto seguinte preparámos uma síntese indicativa das rubricas das Demonstrações Financeiras reportadas aos semestres de 2022 e 2021, a partir do balancete analítico sendo que tal síntese não têm refletido alguns procedimentos relevantes de fecho de contas, designadamente de:

- Os relativos ao princípio do Acréscimo;
- Atualização de provisões;
- Inventariação física no que concerne aos períodos semestrais.

No entanto e para efeitos comparativos considerámos nos períodos intercalares os valores indicativos:

- Metade do valor das amortizações e depreciações do ano anterior;
- A imputação de 50% do valor de subsídios ao investimento imputado no exercício anterior;
- Especialização de alguns rendimentos (Impostos diretos) em contrapartida das contas de acréscimos de rendimentos.



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176

O Balanço e a Demonstração dos Resultados que se apresentam de seguida são uma síntese da informação preparada pelo Município, com a comparabilidade da informação entre os semestres homólogos de 2022 e 2021, findos em 30 de junho.

Sede
Rua Batalha Reis, n.º 81
6300 – 668 GUARDA
Tel: 271 227303 * Fax: 271 227304
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, n.º 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
Email: geral@marquesdealmeida.pt

Delegação Viseu
Rua Eça de Queirós, n.º16
3500 – 417 VISEU
Tel: 232 435277 * Fax: 232 435279
Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt

II. BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

BALANÇO

ATIVO	SNC - AP 30/06/2022	SNC - AP 31/12/2021	SNC - AP 30/06/2021	Variação(Jun.22/Jun21)		Variação(Jun.22/Dez21)	
				Valor	%	Valor	%
ATIVO							
ATIVO NÃO CORRENTE							
Ativos fixos tangíveis	32 209 101	32 885 085	30 703 192	1 505 909	4,90%	(675 984)	-2,06%
Propriedades de investimento	0	58 168	76 280	(76 280)	-100,00%	(58 168)	-100,00%
Ativos intangíveis	27 363	39 426	11 219	16 144	143,89%	(12 063)	-30,60%
Investimentos financeiros	417 579	417 579	417 579	0	0,00%	0	0,00%
Sub Total	32 654 044	33 400 258	31 208 271	1 445 773	4,63%	(746 214)	-2,23%
ATIVO CORRENTE							
Inventários	7 203	7 203	7 632	(430)	-5,63%	0	0,00%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	58 641	58 627	58 620	21	0,04%	15	0,02%
Clientes, contribuintes e utentes	133 462	113 159	114 753	18 710	16,30%	20 304	17,94%
Estado e outros entes públicos	6 216	6 216	3 106	3 110	100,12%	0	0,00%
Outras contas a receber	918 256	859 570	909 301	8 955	0,98%	58 685	6,83%
Diferimentos	7 472	7 472	5 792	1 680	29,01%	0	0,00%
Caixa e depósitos	2 023 066	1 374 884	2 232 040	(208 974)	-9,36%	648 182	47,14%
Sub Total	3 154 316	2 427 130	3 331 245	(176 929)	-5,31%	727 186	29,96%
TOTAL DO ATIVO	35 808 360	35 827 388	34 539 515	1 268 844	3,67%	(19 029)	-0,05%

PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	SNC - AP 30/06/2022	SNC - AP 31/12/2021	SNC - AP 30/06/2021	Variação(Jun.22/Jun21)		Variação(Jun.22/Dez21)	
				Valor	%	Valor	%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO							
Património/Capital	3 901 527	3 901 527	3 901 527	0	0,00%	0	0,00%
Resultados transitados	(6 347 543)	(6 499 488)	(8 211 850)	1 864 307	-22,70%	151 946	-2,34%
Outras variações no património líquido	8 211 697	8 506 028	8 782 047	(570 350)	-6,49%	(294 331)	-3,46%
Resultado líquido do período	385 848	151 946	189 561	196 287	103,55%	233 903	n.a.
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	6 151 530	6 060 013	4 661 285	1 490 245	31,97%	91 517	1,51%
PASSIVO							
PASSIVO NÃO CORRENTE							
Provisões	2 280 668	2 280 668	2 177 230	103 438	4,75%	0	0,00%
Financiamentos obtidos	25 806 613	26 159 913	26 866 512	(1 059 899)	-3,95%	(353 300)	-1,35%
Outras contas a pagar	117 420	106 402	106 402	11 017	10,35%	11 017	10,35%
Sub Total	28 204 701	28 546 984	29 150 145	(945 444)	-3,24%	(342 282)	-1,20%
PASSIVO CORRENTE							
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	9 338	4 729	5 760	(3 577)	-62,10%	4 609	97,46%
Fornecedores	66 679	13 425	601	(66 078)	n.a.	53 253	396,66%
Estado e outros entes públicos	72 862	41 335	72 758	(103)	-0,14%	31 527	76,27%
Financiamentos obtidos	706 599	706 599	0	(706 599)	n.a.	0	0,00%
Fornecedores de investimentos	35 097	4 219	2 761	(32 336)	n.a.	30 877	731,79%
Outras contas a pagar	561 554	450 084	646 204	84 650	13,10%	111 470	24,77%
Sub Total	1 452 128	1 220 392	728 085	724 043	99,44%	231 736	18,99%
TOTAL DO PASSIVO	29 656 829	29 767 376	29 878 230	(221 400)	-0,74%	(110 546)	-0,37%
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	35 808 360	35 827 388	34 539 515	1 268 844	3,67%	(19 029)	-0,05%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

RENDIMENTOS E GASTOS	SNC - AP	SNC - AP	SNC - AP	Variação (Jun.22/Jun21)		Variação (Jun.22/Dez21)	
	30/06/2022	31/12/2020	30/06/2021	Valor	%	Valor	%
Impostos, contribuições e taxas	578 399	946 739	433 815	144 584	33,33%	(368 340)	-38,91%
Vendas	936	42	42	894	n.a	894	n.a.
Prestações de serviços e concessões	152 443	272 584	104 698	47 746	45,60%	(120 140)	-44,07%
Transferências e subsídios correntes obtidos	2 515 173	5 116 462	2 669 067	(153 894)	-5,77%	(2 601 289)	-50,84%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(110 305)	(231 811)	(117 649)	7 344	-6,24%	121 506	-52,42%
Fornecimentos e serviços externos	(901 060)	(1 877 064)	(707 794)	(193 266)	27,31%	976 004	-52,00%
Gastos com pessoal	(1 084 928)	(2 510 970)	(1 281 091)	196 162	-15,31%	1 426 042	-56,79%
Transferências e subsídios concedidos	(206 992)	(586 222)	(304 179)	97 187	-31,95%	379 229	-64,69%
Prestações sociais	0	(10 613)	0	0	n.a	10 613	-100,00%
Provisões (aumentos/reduções)	0	(112 570)	0	0	n.a	112 570	-100,00%
Outros rendimentos e ganhos	771 818	1 901 913	776 363	(4 545)	-0,59%	(1 130 094)	-59,42%
Outros gastos e perdas	(4 959)	(102 682)	(1 782)	(3 177)	178,27%	97 722	-95,17%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	1 710 524	2 805 808	1 571 488	139 036	8,85%	(1 095 283)	-39,04%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	(1 089 588)	(2 179 175)	(1 140 962)	51 374	-4,50%	1 089 588	-50,00%
Resultados Operacional (antes de gastos de financiamento)	620 937	626 632	430 526	190 411	44,23%	(5 696)	-0,91%
Juros e rendimentos similares obtidos	0	2 876	0	0	n.a	(2 876)	-100,00%
Juros e gastos similares suportados	(235 088)	(477 562)	(240 965)	5 877	-2,44%	242 474	-50,77%
Resultado antes de imposto	385 848	151 946	189 561	196 287	103,55%	233 903	153,94%
Resultado líquido do período	385 848	151 946	189 561	196 287	103,55%	233 903	153,94%

NOTA: A sistematização da informação económica acima apresentada foi obtida a partir dos balancetes analíticos reportados a 30/06/2022 e 30/06/2021, cujos elementos não constituem as Demonstrações Financeiras Intercalares elaboradas de acordo com o SNC-AP, designadamente quanto à plenitude do princípio da especialização dos exercícios, depreciações efetivas de 2022 e provisões.



III. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

ATIVO

O ativo líquido do Município registou uma variação negativa de 0,05% (-19.029€) relativamente a 31/12/2021, essencialmente devido à diminuição da rubrica de Ativos Fixos Tangíveis, em consequência das amortizações superarem o investimento realizado.

As rubricas de ativos fixos tangíveis representam 90% do total do ativo a Junho de 2022, mantendo uma estrutura idêntica ao período de 2021 onde estas rubricas representaram também 89% do Ativo.

Destaca-se ainda a variação positiva na rubrica de caixa e depósitos (variação de 648.182€ correspondendo a 47%), face a 31/12/2021.

PASSIVO

Em relação ao passivo global, o mesmo diminuiu em 110.546€ (-0,37%) face a 31/12/2021 justificado pela diminuição da rubrica de financiamentos obtidos.

PATRIMÓNIO LÍQUIDO

De acordo com as contas de 30/06/2022 a conta 51 – Património/Capital evidencia um saldo de 3.901.527 €, que corresponde a cerca de 11% do ativo líquido de Junho de 2022.

O resultado líquido de 2021 que se cifrou positivo em 151.946€ foi aplicado em resultados transitados.



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

No que diz respeito ao resultado líquido indicativo do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2022, foi de 385.848€.

O EBITDA do semestre foi de 1.710.524€.

As rubricas com maior variação face ao mesmo período de 2022 foram:

- Impostos, contribuições e taxas com um aumento de 145 mil euros;
- Transferências e subsídios correntes obtidos com uma diminuição de 154 mil euros;
- Fornecimentos e Serviços externos com um aumento de 193 mil euros;
- Gastos com pessoal com uma diminuição de 196 mil euros.

A componente de capital do FEF e as transferências relativas ao artigo 35º da Lei n.º 73/2013 de 03 de Setembro foram reconhecidas em rendimentos, dado não se verificarem as condições previstas na nota explicativa à conta 5939 - Outras transferências e subsídios de capital.

IV. ANÁLISE FINANCEIRA

Passamos a evidenciar alguns indicadores sobre a situação económica e financeira do Município:

RÁCIO / ÍNDICE	FORMULA	SNC - AP	SNC - AP	SNC - AP
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2021
Liquidez Geral	$\frac{\text{Activo Corrente}}{\text{Passivo Corrente}}$	217,22%	198,88%	457,54%
Liquidez Reduzida	$\frac{(\text{Activo Corrente} - \text{Inventários})}{\text{Passivo Corrente}}$	216,72%	198,29%	456,49%
Liquidez Imediata	$\frac{(\text{Caixa e depósitos})}{\text{Passivo Corrente}}$	139,32%	112,66%	306,56%
Endividamento	$\frac{\text{Passivo}}{\text{Activo}}$	82,82%	83,09%	86,50%
Autonomia Financeira	$\frac{\text{Património Líquido}}{\text{Activo}}$	17,18%	16,91%	13,50%
Grau de Cobertura do Ativo Fixo	$\frac{(\text{Património Líquido} + \text{Dividas a Terceiros de Médio e longo Prazo})}{\text{Activo Fixo Líquido}}$	99,59%	98,30%	103,03%
Peso dos Gastos com Pessoal nos Custos Operacionais	$\frac{\text{Gastos com Pessoal}}{\text{Custos Operacionais}}$	31,93%	33,53%	36,05%
Dívida total por Habitante	$\frac{\text{Dívida total reportada à DGAL (Lei 73/2013, de 3/09)}}{\text{N.º de habitantes}}$	a) 6 072	6 123	6 127

a) Valor indicativo baseado no nosso cálculo, dado que o reporte à DGAL não estava disponível.

Da análise efetuada em termos de liquidez geral e de liquidez reduzida verifica-se que estes rácios sofreram uma variação positiva, passando respetivamente de 199% e 198% em 30/12/2021 para 217% e 217% em 30 de Junho de 2022. Em termos de liquidez imediata



verifica-se que o grau de cobertura do passivo corrente pelo caixa e depósitos é de 139% em 30 de Junho.

Quanto ao rácio de endividamento verifica-se que se fixou em Junho de 2022 em cerca de 83%, significando que o total do ativo é financiado nessa percentagem por capitais alheios.

Em termos de peso dos gastos com pessoal no total dos custos operacionais representou a 330/06/2022 cerca de 32% do total dos custos operacionais.

De acordo com a nossa estimativa da dívida total (não estava disponível o reporte à DGAL) por habitante (n.º de habitantes retirado dos censos 2021 – 4 398 habitantes) constata-se que a mesma em 30/06/2022 seria de 6.072€, reduzindo-se face ao período homólogo de 2021 (6.127€).



V. ANÁLISE À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A análise da execução orçamental com referência ao período em apreço é realizada comparando os montantes executados com o orçamento semestral o qual corresponde a um rateio de 50% do valor orçamentado para o ano de 2022. Saliente-se no entanto que este método de afetação orçamental para o semestre não tem em consideração a sazonalidade das receitas e despesas, assim como qualquer item não recorrente que apenas ocorra em determinado período de tempo.

Verificámos para o efeito a Demonstração de Desempenho Orçamental, a Execução Orçamental da Receita e da Despesa e do Plano Plurianual de Investimento (PPI).

Com referência a 30 de Junho de 2022 a execução orçamental do Município pode ser analisada como se segue:

EXECUÇÃO DE DESPESA	Valor	%	EXECUÇÃO DE RECEITA	Valor	%
DESPESAS CORRENTES	2 509 990	76,66%	RECEITA CORRENTE	3 331 099	92,65%
DESPESAS CAPITAL	703 185	29,53%	RECEITA CAPITAL	1 785 911	35,85%
TOTAL	3 213 175	56,82%	TOTAL	5 117 010	90,49%

Em termos globais, a execução orçamental do Município de Fornos de Algodres com referência a 30 de Junho de 2022, apresenta-se positiva, tendo em conta que a execução da receita total (90%) é superior à execução da despesa total (57%).

A regra de equilíbrio orçamental prevista no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de Setembro, deve ser verificada na fase da elaboração inicial, alterações posteriores e na fase da execução do orçamento. Na fase da elaboração do orçamento, e após as alterações orçamentais do primeiro semestre (em número de 3) verificámos que a referida regra de equilíbrio orçamental não foi cumprida numa das alterações, sendo esta regra obtida da seguinte fórmula: [receita corrente bruta cobrada - despesa corrente - amortizações médias



de empréstimos de médio e longo prazos]. Quanto à fase de execução esta regra só pode ser aferida a 31/12/2022 atendendo que se refere a uma regra de avaliação anual.

CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA

O Município de Fornos de Algodres no primeiro semestre de 2022, arrecadou mais receita, em cerca de 63.367€ (+2%), do que relativamente ao período homólogo, ao qual acresce o valor de 126.705€ da variação do saldo da gerência anterior. Conforme se pode verificar no quadro seguinte, tal situação deve-se a um aumento de algumas rubricas de receita, destacando-se os impostos directos, rendimentos de propriedade e as transferências de capital contrariado pelas diminuições verificadas nas rubricas de transferências correntes e outras receitas correntes:

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	EXECUÇÃO			
	30/06/2022	30/06/2021	VARIÇÃO	
			ABSOLUTO	%
Impostos directos	397 170	350 479	46 690	13,32%
Impostos indirectos	1 891	1 211	680	56,19%
Taxas, multas e outras penalidades	58 868	30 772	28 097	91,31%
Rendimentos da propriedade	114 778	60 464	54 314	89,83%
Transferências correntes	2 543 698	2 794 642	-250 943	-8,98%
Venda de bens e serviços correntes	199 796	161 039	38 757	24,07%
Outras receitas correntes	14 898	40 083	-25 185	-62,83%
TOTAL RECEITAS CORRENTES	3 331 099	3 438 689	-107 590	-3,13%
Venda de bens de investimento	15 379	0	15 379	0,00%
Transferências de capital	495 163	346 043	149 120	43,09%
Passivos Financeiros	0	0	0	0,00%
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	510 542	346 043	164 499	47,54%
Rep. não abatidas nos pagamentos	8 898	2 440	6 459	264,73%
Saldo da gerência anterior	1 266 471	1 139 766	126 705	11,12%
TOTAL OUTRAS RECEITAS	1 275 369	1 142 206	133 163	11,66%
TOTAL DA RECEITA	5 117 010	4 926 938	190 072	3,86%

Como se pode verificar pelo quadro a seguir apresentado, com referência a 30 de Junho de 2022, a receita executada ficou abaixo do orçamentado em cerca de 538.075€.

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2022						
	PREVISÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIACÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Impostos directos	690 405	345 202	397 170	51 967	115,05%	57,53%	7,76%
Impostos indirectos	6 200	3 100	1 891	-1 209	61,00%	30,50%	0,04%
Taxas, multas e outras penalidades	124 739	62 370	58 868	-3 501	94,39%	47,19%	1,15%
Rendimentos da propriedade	240 502	120 251	114 778	-5 473	95,45%	47,72%	2,24%
Transferências correntes	5 573 047	2 786 523	2 543 698	-242 825	91,29%	45,64%	49,71%
Venda de bens e serviços correntes	450 533	225 267	199 796	-25 471	88,69%	44,35%	3,90%
Outras receitas correntes	105 574	52 787	14 898	-37 889	28,22%	14,11%	0,29%
TOTAL RECEITAS CORRENTES	7 191 000	3 595 500	3 331 099	-264 401	92,65%	46,32%	65,10%
Venda de bens de investimento	1 400	700	15 379	14 679	n.a	n.a	0,30%
Transferências de capital	2 846 700	1 423 350	495 163	-928 187	34,79%	17,39%	9,68%
Passivos financeiros	100	50	0	-50	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	2 848 200	1 424 100	510 542	-913 558	35,85%	17,93%	9,98%
Rep. não abatidas nos pagamentos	4 500	2 250	8 898	6 648	395,49%	197,74%	0,17%
Saldo da gerência anterior	1 266 471	633 235	1 266 471	633 235	200,00%	100,00%	24,75%
TOTAL OUTRAS RECEITAS	1 270 971	635 485	1 275 369	639 884	200,69%	100,35%	24,92%
TOTAL DA RECEITA	11 310 170	5 655 085	5 117 010	-538 075	90,49%	45,24%	100,00%

As receitas com mais peso contempladas no orçamento são essencialmente as receitas de impostos directos (representam 8% do total das receitas), as transferências correntes (representam 50% do total das receitas), as transferências de capital (representam 10% do total das receitas).

Podemos também verificar que as receitas de impostos directos, venda de bens e serviços correntes e as rep. não abatidas nos pagamentos são superiores ao montante orçamentado.

Analisando as principais rubricas com mais detalhe temos:

Impostos Diretos

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2022						
	PREVISÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIÇÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Impostos Municipais Sobre Imóveis (IMI)	513 143	256 572	297 633	41 061	116,00%	58,00%	74,94%
Imposto Único de Circulação (IUC)	102 968	51 484	53 012	1 528	102,97%	51,48%	13,35%
Imposto Municipal Sobre Transmissões (IMT)	45 849	22 924	44 784	21 859	195,35%	97,68%	11,28%
Derrama	28 445	14 223	1 742	-12 481	12,24%	6,12%	0,44%
Total	690 405	345 202	397 170	51 967	115,05%	57,53%	100,00%

No que diz respeito aos impostos diretos, o detalhe evidenciado no quadro acima permite-nos concluir que a taxa de execução ascendeu a 115%, principalmente justificada pela execução da receita relativa a IMI, IUC e IMT. De referir que no caso do IMI a prestação de Maio representa a maior prestação do ano. A receita da derrama ficou abaixo do esperado para os primeiros 6 meses uma vez que a entrega das contas anuais das empresas, sujeitas a imposto, teve o prazo adiado para 6 de Junho, sendo que a Autoridade Tributária apenas disponibiliza os montantes arrecadados no mês seguinte ao da receita arrecada. O que significa que tal receita se verificará com maior peso no 2º semestre.

Impostos Indiretos

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2022						
	PREVISÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIÇÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Outros Impostos	6 200	3 100	1 891	-1 209	61,00%	30,50%	100,00%
Total	6 200	3 100	1 891	-1 209	61,00%	30,50%	100,00%

Nesta classificação económica verifica-se que o montante de desvio não foi significativo.

Taxas, Multas e Outras penalidades

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2022						
	PREVISÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIACÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Taxas							
Mercados e feiras	12 000	6 000	2 144	3 856	35,73%	17,86%	3,64%
Loteamentos e obras	6 500	3 250	2 984	267	91,80%	45,90%	5,07%
Ocupação da via pública	1 000	500	186	314	37,20%	18,60%	0,32%
Outras	101 934	50 967	47 000	3 967	92,22%	46,11%	79,84%
Multas e outras penalidades							
Juros de mora	1 205	603	1 647	-1 044	273,31%	136,66%	2,80%
Juros compensatórios	1 000	500	4 588	-4 088	917,69%	458,84%	7,79%
Coimas e penalidades por contra-ordenações	100	50	0	50	0,00%	0,00%	0,00%
Multas e penalidades diversas	1 000	500	320	180	64,00%	32,00%	0,54%
Total	124 739	62 370	58 868	-3 501	94,39%	47,19%	100,00%

O grau de execução destas receitas situa-se em cerca de 94%, destacando-se a execução das outras (92%)

Rendimentos da propriedade

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2022						
	PREVISÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIACÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Juros-Sociedades financeiras	100	50	0	-50	0,00%	0,00%	0,00%
Dividend.partic.lucros socied quase-soc.nãofinanc.	3 500	1 750	0	-1 750	0,00%	0,00%	0,00%
Rendas	236 902	118 451	114 778	-3 673	96,90%	48,45%	100,00%
Total	240 502	120 251	114 778	-5 473	95,45%	47,72%	100,00%

O grau de execução destas receitas é de 95%.

Transferências Correntes

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2022						
	PREVISÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIACÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Sociedades e quase-sociedades não financeiras	1 400	700	1 100	400	157,14%	78,57%	0,04%
Administração central	5 530 580	2 765 290	2 517 803	-247 487	91,05%	45,53%	98,98%
Segurança social	5 925	2 962	0	-2 962	0,00%	0,00%	0,00%
Instituições sem fins lucrativos	100	50	0	-50	0,00%	0,00%	0,00%
Famílias	35 042	17 521	24 795	7 274	141,52%	70,76%	0,97%
Total	5 573 047	2 786 523	2 543 698	-242 825	91,29%	45,64%	100,00%

No que diz respeito às receitas das transferências correntes a sua execução encontra-se perto do valor orçamentado uma vez que apresentam um carácter regular ao longo do ano. Dentro das receitas da Administração Central, destaca-se o Fundo de Equilíbrio Financeiro que a 30 de Junho representava uma receita de 2.036.840€.

Venda de Bens e Serviços Correntes

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2022						
	PREVISÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIÇÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Vendas de bens	182 426	91 213	74 063	-17 150	81,20%	40,60%	37,07%
Serviços	268 007	134 004	125 733	-8 271	93,83%	46,91%	62,93%
Rendas	100	50	0	-50	0,00%	0,00%	0,00%
Total	450 533	225 267	199 796	-25 471	88,69%	44,35%	100,00%

O grau de execução destas receitas situa-se em cerca de 89%, sendo o desvio explicado essencialmente pela componente de “Vendas de bens”.

Outras Receitas Correntes

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2022						
	PREVISÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIÇÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Outras	4 900	2 450	25	-2 425	1,02%	0,51%	0,17%
Subsídios	100 674	50 337	14 873	-35 464	29,55%	14,77%	99,83%
Total	105 574	52 787	14 898	-37 889	28,22%	14,11%	100,00%

O valor executado ficou abaixo do orçamentado, com a execução de 28%

Transferências de Capital

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2022						
	PREVISÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIÇÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Administração central	2 846 700	1 423 350	495 163	-928 187	34,79%	17,39%	100,00%
Total	2 846 700	1 423 350	495 163	-928 187	34,79%	17,39%	100,00%

Relativamente às transferências de capital as diferenças de execução orçamental estão fortemente associadas ao não recebimento dos financiamentos acordados com entidades financiadoras relacionadas com os investimentos em curso.

Passivos financeiros

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2022						
	PREVISÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIÇÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Empréstimos a médio e longo prazo - Estado	100	50	0	-50	0,00%	0,00%	0,00%
Total	100	50	0	-50	0,00%	0,00%	0,00%

Quanto aos passivos financeiros, a 30 de Junho não se verificou nenhuma execução orçamental.

CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA

O Município de Fornos de Algodres no primeiro semestre de 2022 executou mais despesa em cerca de 408.952€ (+15%) do que relativamente ao período homólogo, conforme se pode constatar no quadro seguinte:

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	EXECUÇÃO			
	30/06/2022	30/06/2021	VARIÇÃO	
			ABSOLUTO	%
Despesas com o pessoal	1 180 111	1 225 316	-45 205	-3,69%
Aquisição de bens e serviços	890 801	798 112	92 689	11,61%
Juros e outros encargos	235 991	157 323	78 668	50,00%
Transferências correntes	202 769	268 304	-65 535	-24,43%
Outras despesas correntes	318	178 552	-178 234	-99,82%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	2 509 990	2 627 608	-117 617	-4,48%
Aquisição de bens de capital	349 885	142 116	207 770	146,20%
Transferências de capital	0	30 400	-30 400	-100,00%
Passivos financeiros	353 300	4 100	349 200	8517,06%
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	703 185	176 616	526 569	298,14%
TOTAL DA DESPESA	3 213 175	2 804 223	408 952	14,58%

Como se pode verificar pelo quadro a seguir apresentado, com referência a 30 de Junho de 2022, a despesa executada ficou abaixo do orçamentado em cerca de 2.441.910€.

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 de Junho de 2022						
	DOTAÇÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIACÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Despesas com o pessoal	2 704 002	1 352 001	1 180 111	-171 890	87,29%	43,64%	36,73%
Aquisição de bens e serviços	2 695 154	1 347 577	890 801	-456 776	66,10%	33,05%	27,72%
Juros e outros encargos	476 520	238 260	235 991	-2 269	99,05%	49,52%	7,34%
Transferências correntes	669 154	334 577	202 769	-131 808	60,60%	30,30%	6,31%
Outras despesas correntes	3 300	1 650	318	-1 332	19,26%	9,63%	0,01%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	6 548 130	3 274 065	2 509 990	-764 075	76,66%	38,33%	78,12%
Aquisição de bens de capital	3 995 306	1 997 653	349 885	-1 647 768	17,51%	8,76%	10,89%
Transferências de capital	60 000	30 000	0	-30 000	0,00%	0,00%	0,00%
Ativos Financeiros	0	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Passivos financeiros	706 734	353 367	353 300	-67	99,98%	49,99%	11,00%
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	4 762 040	2 381 020	703 185	-1 677 835	29,53%	14,77%	21,88%
TOTAL DA DESPESA	11 310 170	5 655 085	3 213 175	-2 441 910	56,82%	28,41%	100,00%

As despesas com mais peso, contempladas no orçamento são essencialmente as despesas com o pessoal (representam 37% do total das despesas), a aquisição de bens e serviços (representam 28% do total das despesas) e da aquisição de bens de capital (representam 11% do total das despesas).

Analisando as principais rubricas com mais detalhe temos:

Despesas com o pessoal

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 de Junho de 2022						
	DOTAÇÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIACÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Remunerações certas e permanentes	2 073 226	1 036 613	929 969	-106 644	89,71%	44,86%	78,80%
Abonos variáveis ou eventuais	88 551	44 276	20 294	-23 982	45,84%	22,92%	1,72%
Segurança social	542 225	271 112	229 848	-41 264	84,78%	42,39%	19,48%
Total	2 704 002	1 352 001	1 180 111	-171 890	87,29%	43,64%	100,00%

Os desvios nestas rubricas face ao orçamentado estão relacionados com a sazonalidade de alguns encargos.

Aquisição de Bens e Serviços

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 de Junho de 2022						
	DOTAÇÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIACÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Aquisição de bens	803 900	401 950	227 532	-174 417	56,61%	28,30%	25,54%
Aquisição de serviços	1 891 255	945 627	663 268	-282 359	70,14%	35,07%	74,46%
Total	2 695 154	1 347 577	890 801	-456 776	66,10%	33,05%	100,00%

No primeiro semestre de 2022 a execução encontra-se abaixo do previsto no orçamento, a rubrica com maior variação é a de aquisição de serviços, que representa uma execução de 70%.

Juros e Outros Encargos

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 de Junho de 2022						
	DOTAÇÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIACÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Juros da dívida pública	470 920	235 460	235 088	-371	99,84%	49,92%	99,62%
Outros juros	1 500	750	0	-750	0,00%	0,00%	0,00%
Outros encargos financeiros	4 100	2 050	903	-1 147	44,04%	22,02%	0,38%
Total	476 520	238 260	235 991	-2 269	99,05%	49,52%	100,00%

A execução destas despesas correntes com juros e outros encargos apresenta um desvio de 2.269€, sendo o grau de execução de 99%.

Transferências Correntes

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 de Junho de 2022						
	DOTAÇÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIACÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Administração local	176 887	88 443	4 844	-83 600	5,48%	2,74%	2,39%
Instituições sem fins lucrativos	200 368	100 184	44 901	-55 283	44,82%	22,41%	22,14%
Famílias	291 900	145 950	153 024	7 074	104,85%	52,42%	75,47%
Total	669 154	334 577	202 769	-131 808	60,60%	30,30%	100,00%

Despesa executada abaixo do previsto, no entanto verificamos que a rubrica das transferências para famílias é a única rubrica com valores executados acima do previsto, onde a execução é de sensivelmente 105%.

Aquisição de Bens de Capital

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 de Junho de 2022						
	DOTAÇÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIAÇÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Investimentos	2 596 314	1 298 157	343 318	-954 839	26,45%	13,22%	98,12%
Locação financeira	491 398	245 699	0	-245 699	0,00%	0,00%	0,00%
Bens de dominio publico	907 594	453 797	6 567	-447 230	1,45%	0,72%	1,88%
Total	3 995 306	1 997 653	349 885	-1 647 768	17,51%	8,76%	100,00%

A aquisição de bens de capital está aquém dos valores orçamentados, sobretudo devido à baixa execução em obras, e atrasos nas aprovações das participações comunitárias.

Passivos financeiros

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 de Junho de 2022						
	DOTAÇÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIAÇÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Empréstimos a médio longo prazo	706 734	353 367	353 300	-67	99,98%	49,99%	100,00%
Total	706 734	353 367	353 300	-67	99,98%	49,99%	100,00%

A execução destas despesas é de 100%, relativas exclusivamente ao reembolso do empréstimo garantido pelo Estado, por via da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, nos termos do n.º 2 do artigo 19.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto (FAM).

APROVAÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA

A integração do saldo da gerência do período anterior, no valor de 1.266.471€, foi aprovado pela Assembleia Municipal em 30 de Março de 2022, aquando da 1ª revisão do orçamento, e foi incorporado na totalidade na rubrica do saldo orçamental - "160101 - na posse do serviço".

RÁCIOS ORÇAMENTAIS

Apresentamos no quadro seguinte alguns rácios orçamentais analisados bem como a respetiva leitura:

	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2021	OBSERVAÇÕES
RECEITA TOTAL / DESPESA TOTAL	159,25%	116,66%	175,70%	Mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais
RECEITAS CORRENTES / RECEITA TOTAL	65,10%	79,72%	69,79%	Mede o peso das receitas correntes no total de receitas cobradas
RECEITA CORRENTE / DESPESA CORRENTE	132,71%	121,54%	130,87%	Mede a capacidade das receitas correntes cobradas cobrirem as despesas correntes pagas
IMPOSTOS DIRECTOS / RECEITAS CORRENTES	11,92%	10,10%	10,19%	Mede o peso dos impostos directos no total das receitas correntes
RECEITAS CAPITAL / RECEITA TOTAL	9,98%	7,34%	7,02%	Mede o peso das receitas de capital no total de receitas cobradas
RECEITA CAPITAL / DESPESA CAPITAL	72,60%	36,45%	195,93%	Mede a capacidade das receitas de capital cobradas cobrirem as despesas de capital pagas
PASSIVOS FINANCEIROS / RECEITAS CAPITAL	69,20%	0,63%	1,18%	Mede o peso dos passivos financeiros no total das receitas de capital
PASSIVOS FINANCEIROS / RECEITA TOTAL	6,90%	0,05%	0,08%	Mede o peso dos passivos financeiros no total de receitas cobradas
DESPEAS CORRENTES / DESPESA TOTAL	78,12%	76,52%	93,70%	Mede o peso das despesas correntes no total de despesas pagas
DESPEAS CAPITAL / DESPESA TOTAL	21,88%	23,48%	6,30%	Mede o peso das despesas de capital no total de despesas pagas
DESPEAS PESSOAL / RECEITAS CORRENTES	35,43%	35,68%	35,63%	Permite evidenciar a relação entre as despesas de pessoal com o total das receitas correntes
DESPEAS PESSOAL / DESPESA TOTAL	36,73%	33,18%	43,70%	Mede o peso das despesas de pessoal no total das despesas pagas
INVESTIMENTOS / DESPESA TOTAL	10,89%	23,03%	5,07%	Mede o peso das despesas de investimentos no total das despesas pagas

As receitas totais cobrem o valor das despesas totais nos períodos em análise, sendo que em 30/06/2022 o rácio obtido é de 159% (176% em 30/06/2021). Do total das receitas, cerca de 65% são de natureza corrente e esta foi suficiente para cobrir a despesa corrente (133%).



VI. PAGAMENTOS EM ATRASO E PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

Com a transição do regime contabilístico POCAL para o SNC-AP, ocorreu também a transição do sistema de reporte da informação orçamental, económica e financeira para a DGAL, anteriormente de acordo com o SIIAL, e agora com o SISAL, conforme portaria 128/2017 de 05 de Abril.

Esta transição de reporte da informação tem evidenciado dificuldades técnicas de transferência de informação, que não permitiu obter a 30-06-2022 informação designadamente sobre:

- Pagamentos em atraso;
- Prazo médio de pagamentos.

Contudo e a título indicativo e baseado no nosso cálculo estimado, o prazo médio de pagamentos era de 5 dias.

	09_2021	12_2021	03_2022	06_2022
Prazo Médio de Pagamentos	9	1	9	7
Cálculo de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro	5			

VII. FUNDOS DISPONÍVEIS

O n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho determina que os compromissos assumidos não podem ultrapassar os fundos disponíveis, ou seja, a assunção de compromissos não pode ser superior aos fundos disponíveis e a execução orçamental não pode conduzir em qualquer momento, a um aumento de pagamentos em atraso.

O Município está obrigado a calcular e reportar o mapa de fundos disponíveis. A responsabilidade pelo apuramento e reporte à DGAL através do Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL) compete ao Órgão Executivo, nos termos definidos na Lei.

Verificámos que o Município tem efetuado o respetivo cálculo mensal dos Fundos Disponíveis, sendo que à data de 30/06/2022 apresentava fundos positivos de 901.730€, cumprindo assim com aquele preceito legal.

VIII. DÍVIDA TOTAL (CONCEITO DA LEI N.º 73/2013 DE 03 DE SETEMBRO)

De acordo com Lei n.º 73/2013 de 03 de Setembro, os municípios que ultrapassem o limite da dívida total (1,5 vezes a média receita corrente líquida cobrada do três últimos exercícios) ou o montante da dívida, excluindo empréstimos, seja superior a 0,75 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, devem recorrer a um dos mecanismos de recuperação financeira previstos: saneamento financeiro ou recuperação financeira, não é aplicável ao caso. O recurso facultativo ou obrigatório a um daqueles mecanismos teria o seguinte enquadramento caso fosse aplicável:

	Dívida total em relação à média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos exercícios	Saneamento Financeiro	Recuperação Financeira
1	≥ 1 e $\leq 1,5$	FACULTATIVO	-
2	$> 0,75$ (dívida total excluindo empréstimos)	OBRIGATÓRIO	-
3	$> 1,5$ e $< 2,25$	OBRIGATÓRIO	-
4	$\geq 2,25$ e ≤ 3	OBRIGATÓRIO	FACULTATIVO
5	> 3	-	OBRIGATÓRIO

O Município de Fornos de Algodres encontra-se em processo de Recuperação Financeira.

Não obtivemos informação sobre o reporte da dívida total à DGAL, dado que se mantêm as dificuldades na submissão desta informação junto da DGAL. Ainda assim apresentamos o cálculo indicativo da dívida a 30/06/2022 comparativamente a 30/06/2021.

ENDIVIDAMENTO

Cálculo da dívida total (I)

		30/06/2022	30/06/2021
MÉDIA DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA COBRADA	(a)	6 483 983,75	5 951 027,38
LÍMITE DE ENDIVIDAMENTO	(b) = (a) x 1,5	9 725 975,63	8 926 541,07
DÍVIDA TOTAL	(c)	26 705 410,75	26 945 978,26
MARGEM	(b) - (c)	-16 979 435,13	-18 019 437,19
DÍVIDA TOTAL A TERCEIROS			
MÉDIA DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA COBRADA	(c) / (a)	4,12	4,53

Cálculo da dívida total sem empréstimos (II)

EMPRÉSTIMOS NÃO EXCECIONADOS	(d)	26 513 212,59	26 866 512,00
EMPRÉSTIMOS EXCECIONADOS	(f)	0,00	0,00
DÍVIDA TOTAL SEM EMPRÉSTIMOS	(e) = (c) - (d)	192 198,16	79 466,26
DÍVIDA TOTAL SEM EMPRÉSTIMOS			
MÉDIA DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA COBRADA	(e) / (a)	0,03	0,01

A 30/06/2022, a referida dívida total do Município de Fornos de Algodres representava indicativamente 4,12 vezes a média da receita corrente líquida cobrada dos 3 últimos anos, sendo que no exercício de 2022 a mesma reduziu-se no montante líquido de 240.568€ face a 30/06/2021 (I).

Igualmente, a dívida total do Município excluindo empréstimos é de 0,03 vezes a média da receita corrente líquida cobrada dos 3 últimos anos, face a 30/06/2021 (II) e como tal inferior ao limite de 0,75.

Este calculo indicativo não considera qualquer englobamento da dívida total de entidades participadas, cuja informação só está disponível reportada à data de final de ano.



O processo de recuperação financeira obteve visto do Tribunal de Contas em 17 de Março de 2017 relativo ao apoio financeiro previsto no Programa de Ajustamento Municipal (PAM) do Fundo de Apoio Municipal (FAM), nos termos da Lei n.º 53/2014 de 25 de agosto a que o Município teve de aderir, o qual previu um empréstimo até ao montante de 32.620.057 euros, dos quais já foram utilizados 28.705.595 euros até 30 de Junho de 2022.

Nesta medida, dado que o Município teve aprovado um Plano de Ajustamento Municipal (PAM), junto do Fundo de Apoio Municipal (FAM), os limites da dívida, definidos no artigo 52º da Lei 73/2013, de 3 de Setembro, que devem ser cumpridos até ao prazo de execução do PAM que terminará em 2052 e não ser objeto de uma avaliação anual.

Nos termos do disposto no Artigo 3.º-B da Lei n.º 4-B/2020, de 6 de abril, aditado pela Lei n.º 12/2020, de 07 de Maio, ao reembolso do empréstimo garantido pelo Estado, por via da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, nos termos do n.º 2 do artigo 19.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, foi aplicada uma moratória de 12 meses nas prestações a vencer em 2020, a que o Município de Fornos de Algodres aderiu. E ao abrigo do n.º 2 do artigo 3º-B do Decreto-Lei n.º 6-D/2021, de 15 de janeiro, que alterou a Lei n.º 4-B/2020, de 6 de abril, o Município beneficiou de nova moratória de 12 meses na amortização de capital vincendo até final de 2021.



O índice da dívida total teve a seguinte evolução nos últimos anos:

